

ÍNDICE

6.5.7 -	Programa de Capacitação de Agentes Públicos dos Municípios da All	1/16
6.5.7.1 -	Justificativas	1/16
6.5.7.2 -	Objetivos	3/16
6.5.7.2.1 -	Objetivo Geral.....	3/16
6.5.7.2.2 -	Objetivos Específicos	3/16
6.5.7.3 -	Metas	4/16
6.5.7.4 -	Indicadores	5/16
6.5.7.5 -	Público Alvo	5/16
6.5.7.6 -	Metodologia	6/16
6.5.7.7 -	Cronograma	13/16
6.5.7.8 -	Responsáveis pela Elaboração do Programa	15/16
6.5.7.9 -	Equipe de Implementação.....	15/16
6.5.7.10 -	Instituições Envolvidas.....	15/16
6.5.7.11 -	Inter-relação com outros Planos e Programas	16/16
6.5.7.12 -	Requisitos Legais	16/16
6.5.7.13 -	Referências Bibliográficas.....	16/16

6.5.7 - Programa de Capacitação de Agentes Públicos dos Municípios da All

6.5.7.1 - Justificativas

O Programa de Capacitação dos Agentes Públicos dos Municípios da All atende à condicionante específica n° 2.10 da LP N° 337/2009, IBAMA, que estabelece: “Para compatibilizar a oferta e demanda de serviços públicos, apresentar para os municípios da AID os Programas de Apoio à Habitação, Apoio à Educação e Apoio à Segurança e para os municípios da All os Programas de Capacitação dos Agentes Públicos, Capacitação da Mão de Obra Local, Controle e Monitoramento da População Migrante.”

Este documento tem como objetivo apresentar o detalhamento do Programa de Capacitação dos Agentes Públicos dos Municípios da All a ser desenvolvido no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, prevista para ser construída no rio Jari, divisa dos estados do Pará e do Amapá, entre os municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do Jari (AP).

O histórico de desenvolvimento das áreas urbanas dos municípios da All está diretamente relacionado aos movimentos migratórios provocados pela exploração econômica das atividades extrativistas e pela implantação de grandes empreendimentos industriais. O processo de urbanização dos municípios se intensificou a partir de meados do século XX, quando empresas multinacionais se instalaram, ocasionando intensa chegada de migrantes nas localidades. Nas décadas de 1970 e 1980, a implantação de grandes projetos de desenvolvimento, como o Projeto Jari, foram determinantes para que houvesse significativos saltos populacionais na região. Já na década de 1990, apesar das tendências em relação ao crescimento demográfico se mostrarem mais estáveis, ainda se observou variações decorrentes das alterações na dinâmica das empresas implantadas na região, bem como em função da divisão dos municípios. Com a falta de planejamento do crescimento populacional, surgiram aglomerados urbanos com diversas deficiências na oferta de infraestrutura e serviços.

A construção da UHE Santo Antônio do Jari possui como diretrizes a contratação de mão de obra local para coibir o afluxo de migrantes e a criação de alojamentos para os trabalhadores externos com o objetivo de não pressionar a infraestrutura e os serviços oferecidos nas sedes municipais da All. No pico da obra, serão contratados cerca de 2500 trabalhadores, que estarão envolvidos diretamente com a obra.

Projeta-se que a pressão sobre os serviços seja mais intensa naqueles sob responsabilidades municipais ligados à saúde, educação, segurança, habitação, transporte e saneamento. Além dos serviços públicos diretos, a infraestrutura municipal poderá ainda sofrer pressões pelo aumento da demanda por produtos de estabelecimentos comerciais e de serviços (como pousadas, hotéis e restaurantes); por serviços de lazer (shows e eventos culturais); por disponibilidade de serviços de saúde (como aumento do número de estabelecimentos de emergência); maior disponibilidade de transporte coletivo; condições adequadas de tráfego nas ruas e estradas a partir do aumento na circulação de pessoas e de cargas de materiais.

A chegada de migrantes vinculados e não vinculados às obras aos municípios da All pode contribuir também para a desagregação entre as famílias próximas aos canteiros de obras e para o surgimento de conflitos entre trabalhadores da obra e comunidade local. Essa realidade pode ser percebida através do aumento dos casos de prostituição, uso de drogas e violência provocadas pelo grande fluxo de pessoas estranhas nas comunidades.

Os impactos decorrentes do aumento da população contratada para as obras deverão se concentrar no Distrito de Monte Dourado. Já os empregos indiretos e prestadores de serviço deverão ficar localizados no município de Laranjal do Jari. Dessa forma, a pressão por serviços deverá ser dividida entre os municípios de Almeirim e Laranjal do Jari.

O desafio específico deste Programa de Capacitação dos Agentes Públicos dos Municípios da All é orientar os agentes vinculados ao poder público dos municípios da All para o desenvolvimento de medidas que evitem a sobrecarga no funcionamento da infraestrutura já deficiente de suas áreas urbanas durante o período de obras e após sua conclusão. Cabe assim, a proposição de medidas de mitigação e compensação para os impactos negativos que a população migrante atraída pelo empreendimento pode provocar. Na proposição de tais medidas, entende-se que a gestão do território é de responsabilidade dos municípios, mas também se considera que a realização de parcerias entre o empreendedor e os poderes públicos locais pode apresentar resultados positivos na inibição deste fluxo migratório. As medidas, que serão detalhadas adiante, são:

- Instrumentalização de agentes públicos atuantes nos sistemas de transporte coletivo, saneamento, destinação final de resíduos sólidos e infraestrutura de saúde, educação e segurança pública, voltado para a compreensão do processo de licenciamento ambiental, do empreendimento e de suas reais consequências para o modo de vida da população, ação a ser realizada em conjunto com o Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante.

- Instrumentalização de agentes públicos que ficarão responsáveis por elaborar e gerir projetos em parceria com órgãos governamentais visando o financiamento de ações para o incremento das condições de habitação e infra-estrutura urbana, educação, segurança pública, saúde, geração de renda, afirmação da diversidade cultural, entre outros temas que possam ser considerados relevantes localmente.
- Instrumentalização de agentes públicos para o controle e monitoramento de possíveis sobrecargas na infraestrutura básica das áreas urbanas dos municípios da All causadas pelo fluxo de população migrante durante as obras do empreendimento, através de reuniões trimestrais com os agentes públicos capacitados.

6.5.7.2 - Objetivos

6.5.7.2.1 - Objetivo Geral

Este Programa tem como objetivo central orientar os agentes vinculados ao poder público dos municípios da All para o desenvolvimento de medidas que evitem a sobrecarga no funcionamento da infraestrutura já deficiente de suas áreas urbanas durante o período de obras e após sua conclusão. Visa assim contribuir na mitigação e compensação de potenciais impactos sociais e econômicos provocados com a implantação do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari.

6.5.7.2.2 - Objetivos Específicos

Seus objetivos específicos são:

- Promover um processo de formação de agentes públicos dos municípios da All para a melhor compreensão do funcionamento da UHE Santo Antônio do Jari e suas implicações na dinâmica socioambiental das regiões de domínio da mesma;
- Instrumentalizar agentes públicos nos municípios da All para a compreensão do processo de licenciamento ambiental;
- Oportunizar em conjunto com os agentes formados mecanismos de controle e monitoramento das possíveis pressões decorrentes da instalação do empreendimento;

- Instrumentalizar agentes públicos em captação de recursos, elaboração e gestão de projetos visando o aporte financeiro para áreas públicas como educação, saúde, meio ambiente, dentre outros.
- Formar/qualificar profissionais para atuarem nos postos de assistência social e triagem a serem criados para inibir o afluxo de migrantes que não estejam diretamente envolvidos como trabalhadores da obra de construção da UHE Santo Antônio do Jari;
- Firmar convênios de cooperação com o Poder Público dos municípios da All para realização do processo de instrumentalização a ser instituído.

6.5.7.3 - Metas

Levando-se em consideração os objetivos enunciados, busca-se alcançar as seguintes metas:

- Realização de cursos de extensão e atualização nos temas meio ambiente e o empreendimento, licenciamento ambiental e auditagem social ao longo dos 32 meses de duração do Programa;
- Formação de até 10 gestores públicos/município da All em Licenciamento Ambiental no primeiro semestre do Programa;
- Promoção de 02 turmas de atualização em Licenciamento Ambiental nos terceiro e quinto semestres do Programa;
- Estabelecimento de um sistema simplificado de auditagem ambiental da UHE, através da criação de indicadores visando o monitoramento de possíveis impactos oriundos do empreendimento;
- Formação de até 10 gestores públicos/município da All em Elaboração de Projetos e Captação de Recursos no primeiro semestre do Programa;
- Estabelecimento de um curso de qualificação profissional no primeiro semestre do Programa para o alocação de profissionais nos postos de triagem criados;
- Estabelecimento formal de convênio com as prefeituras dos municípios da All para a realização do processo formativo no primeiro trimestre do Programa.

6.5.7.4 - Indicadores

A execução do Programa e sua eficácia serão avaliadas através dos seguintes indicadores:

- Número de reuniões e encontros realizados/municípios;
- Frequência dos participantes nos cursos fornecidos pelo Programa;
- Grau de satisfação dos participantes com processo educativo instaurado;
- Grau de aceitabilidade dos materiais produzidos;
- Número de projetos socioambientais elaborados/curso;
- Número de projetos aprovados por Agência Financiadora durante a vigência desse Programa;
- Documento “Sistema de Auditoria Social” contendo as diretrizes previstas para o monitoramento de possíveis impactos oriundos do empreendimento;
- Número de acordos firmados entre o Poder Público Municipal e o empreendedor;
- Documento Comprobatório dos Termos de Compromisso assinados pelas partes interessadas;
- 05 Relatórios Semestrais e 01 relatório Final Consolidado.

6.5.7.5 - Público Alvo

O público alvo do Programa está circunscrito aos agentes públicos dos municípios da All atuantes nos sistemas de transporte coletivo, saneamento, destinação final de resíduos sólidos e infraestrutura de saúde, educação e segurança pública e nos futuros postos de assistência social e triagem para os migrantes que não forem encaixados nas obras ou trabalhos indiretos gerados pelo empreendimento.

6.5.7.6 - Metodologia

A escolha da metodologia a ser adotada em uma proposta, programa ou projeto socioambiental compreenderá a definição dos caminhos a serem seguidos para o alcance de metas ou de resultados previamente traçados. Nesse sentido, entende-se que a mesma deverá ser composta de métodos, práticas participativas ou alternativas diferenciadas que permita iniciar e potencializar um determinado processo. Assim, ao se desenhar uma proposta de ação voltada essencialmente para gestores públicos municipais, residentes na área de influência da UHE Santo Antônio do Jari, optou-se pela adoção de métodos participativos que potencializassem o diálogo, a troca de saberes e a construção coletiva de instrumentos de análise do processo oriundo da instalação e operação de uma UHE. Assim, o processo educativo apresenta-se como elemento chave para estabelecer um cenário reflexivo, crítico e dinâmico.

Face ao exposto, o desenho metodológico elaborado pautar-se-á na proposta trazida por Quintas (2000) em sua gestão junto à Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM) do IBAMA. Segundo esse autor a sociedade não é o lugar da harmonia, mas, sobretudo, o lugar dos conflitos dos confrontos que ocorrem em suas diferentes esferas. Sendo assim, o processo educativo atuará prioritariamente como instrumento mediador de interesses e conflitos entre atores sociais que agem no mesmo território ora com fins diferenciados ora com fins comuns.

Dito isto, os eixos centrais da metodologia empregada prevê a instrumentalização de gestores públicos, a consolidação de parcerias público-privado e o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento desse e dos demais programas socioambientais associados ao empreendimento.

Para a formação dos atores em questão será efetuada por meio de dois cursos complementares com o foco na discussão sobre processos relacionados ao empreendimento, ao processo de licenciamento e captação de recursos oriundos de fontes públicas e privadas que venham a contribuir na gestão e otimização de políticas municipais. Igualmente, será elaborado junto com o público participante um Sistema de Auditoria Social que venham a contribuir na análise e controle do empreendimento e de possíveis impactos decorrentes do mesmo.

O processo educativo prevê a elaboração de um conjunto de materiais didáticos e de apoio para cada curso oferecido.

Os procedimentos de trabalho deverão integrar-se a outros programas ambientais em desenvolvimento, através de articulações institucionais.

As técnicas a serem aplicadas para o desenvolvimento do trabalho baseiam-se em métodos didáticos e realização de reuniões junto aos agentes públicos dos municípios da All atuantes nos sistemas de transporte coletivo, saneamento, destinação final de resíduos sólidos e infraestrutura de saúde, educação e segurança pública e nos futuros postos de assistência social e triagem para os migrantes que não forem encaixados nas obras ou trabalhos indiretos gerados pelo empreendimento.

A operacionalização do referido Programa terá como eixo norteador a realização de diferentes etapas integradas, complementares, e não excludentes, sendo as mesmas reunidas em quatro categorias centrais: Atividades de Planejamento; Atividades de Desenvolvimento e, por fim, Atividades de Monitoramento/Avaliação.

Atividades de Planejamento

Planejamento Inicial

Nessa etapa deverá ser realizada a mobilização, seleção e contratação da equipe técnica do Programa de Capacitação de Agentes Públicos Municipais da All , conforme o perfil descrito no item 6.5.7.9 Equipe de Implementação .

Para a equipe selecionada será fornecido material de leitura para a orientação da mesma acerca das especificidades da população atendida, da região de abrangência, do empreendimento e do próprio Programa, em especial o Estudo de Impacto Ambiental- EIA e o seu Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Desta forma, proceder-se-á a formação interna dos profissionais contratados e o delineamento dos rumos necessários a implementação do mesmo.

Essa etapa compreende o processo de planejamento preliminar das ações iniciais do Programa, com a elaboração de um Plano de Trabalho Executivo e calendário inicial de atividades.

Articulação e Mobilização Social

O processo de articulação e mobilização comunitária será executado no escritório via telefone e/ou , quando possível, por mensagem eletrônica. Dessa forma, pretende-se estabelecer contato inicial com diferentes setores municipais da All do empreendimento. Dessa forma, pretende-se iniciar o estabelecimento de parcerias e para o estabelecimento de Termos de Cooperação entre as partes interessadas para a realização de cursos e reuniões para os servidores e contratados municipais. Posteriormente, serão realizadas articulações presenciais para o repasse de informações e procedimentos para a efetuação do processo de formação pertinente a esse Programa

Reitera-se que todos os convênios estabelecidos com empresas ou organizações que serão responsáveis pela realização dos cursos deverão ser encaminhados ao IBAMA.

Produção de Material

Para a perfeita realização deste Programa deverão ser elaborados diferentes materiais didáticos e de apoio com a finalidade de subsidiar o processo educativo proposto.

Os materiais têm por objetivo fornecer conteúdo informacional, reflexivo e didático capaz de subsidiar as ações desenvolvidas no Programa, como também servir como base de consulta após seu término.

Dito isto, prevê a produção de dois materiais, a saber: (a) Guia de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos e (b) Caderno Licenciamento Ambiental.

Serão produzidos, ainda, materiais de apoio, tais como planos de curso, listas de presença, fichas de avaliação, dentre outros.

Atividades de Desenvolvimento

Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

O Programa prevê a realização de um processo formativo visando instrumentalizar gestores públicos para que em parceria com órgãos governamentais e privados possam captar recursos visando o financiamento de ações voltadas para o incremento das condições de habitação e infraestrutura urbana, educação, segurança pública, saúde, geração de renda, afirmação da diversidade cultural, entre outros temas que possam ser considerados relevantes localmente.

Sugestão de Conteúdo Programático: Etapas necessárias a elaboração de um projeto; Gerenciamento de Projetos Públicos; Agentes financeiros governamentais e privados. A importância do estabelecimento de parcerias; Indicadores de avaliação, acompanhamento e gerenciamento.

Número de Participantes: Estima-se um número médio de 10 gestores por município da All do empreendimento.

Carga horária: 20 horas.

Público a ser trabalhado: representantes do poder público municipal.

Cursos de Atualização em Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

O Programa prevê a realização de dois Cursos de Atualização em Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, a ser implementado no 2º ano e 3º ano de obras do empreendimento.

Conteúdo programático: Conversando sobre projetos e incentivos fiscais; Avaliação, uma ferramenta necessária; Projetos Culturais - Lei Rouanet; Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente; Fundos Governamentais MMA, MDA e FUNDEP; Projetos desportivos e paradesportivos (novo incentivo federal); Simulação de um projeto através de Edital Fictício.

Número de Participantes: Estima-se um número médio de 10 gestores por município da All do empreendimento.

Carga horária: 20 horas/ turma aberta.

Período: Turmas disponíveis no segundo e terceiro ano do Programa.

Público a ser trabalhado: representantes do poder público municipal.

Curso Entendendo o Licenciamento Ambiental

Consiste na instrumentalização de agentes públicos atuantes nos sistemas de transporte coletivo, saneamento, destinação final de resíduos sólidos e infraestrutura de saúde, educação e segurança pública, voltado para a compreensão do processo de licenciamento ambiental.

Para tal, torna-se necessário o estabelecimento de um palco de discussões de caráter técnico e com exemplos comuns a rotina dos participantes. Dessa forma, espera-se que os envolvidos possam compartilhar dúvidas, procedimentos adotados pelos municípios em sua gestão e traçar estratégias consorciadas.

Um dos produtos desse processo de formação é o estabelecimento de um Sistema de Auditoria Social cuja função será estabelecer procedimentos comuns para o monitoramento do empreendimento. Assim, ao adotar-se, como princípio, a idéia de auditoria serão estabelecidas formas de controle diferenciadas a serem disseminadas entre as partes interessadas (gestores, empreendimento, moradores, dentre outros) para o levantamento de informações e procedimentos adotados no gerenciamento da referida UHE. Gestão ambiental e melhoria contínua também integram a idéia de auditoria. Por fim, o processo de formação instituído deverá contemplar mecanismos de ação que envolvam diferentes segmentos sociais não somente na tomada de decisões como também na qualificação de ações. Sugestão de Conteúdo Programático: Tópicos de Legislação Ambiental; A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81); Instrumentos da PNMA; O processo de Licenciamento Ambiental; O município e a competência para licenciar; A importância do monitoramento de atividades potencialmente poluidoras; UHE Santo Antônio do Jari; Controle de riscos; Elaboração do Sistema de Auditoria Social.

Número de Participantes: Estima-se um número médio de 10 gestores por município da All do empreendimento.

Carga horária: 20 horas.

Público a ser trabalhado: representantes do poder público municipal.

Curso Entendendo o Licenciamento Ambiental - Cursos de Atualização

O Programa prevê a realização de dois Cursos de Atualização em Licenciamento Ambiental, a ser implementado no 2º ano e 3º ano de obras do empreendimento.

Sugestão de Conteúdo programático: UHE Santo Antônio do Jari; Sistema de Auditoria Social.

Número de Participantes: Estima-se um número médio de 10 gestores por município da All do empreendimento.

Carga horária: 12 horas/ turma aberta.

Período: Turmas disponíveis no segundo e terceiro ano do Programa.

Público a ser trabalhado: representantes do poder público municipal.

Atividades de Monitoramento

Para subsidiar a tomada de decisões, a promoção de ajustes nas metodologias e procedimentos empregados, faz-se necessário o desenvolvimento de ações de monitoramento e avaliação como um processo contínuo inserido ao longo de todas as ações do Programa.

Monitoramento e Avaliação

A avaliação do desempenho do Projeto será apresentada por meio da análise do alcance dos indicadores obtidos em correspondência às metas pretendidas elencados neste documento.

O acompanhamento e avaliação dos resultados ao longo das atividades realizadas permitirão corrigir, adequar ou modificar, em tempo hábil, as estratégias e ações propostas. O processo de acompanhamento deverá incluir o registro por meio de evidências como fotos, depoimentos e documentos. Como produto do processo de monitoramento e avaliação deverá ser elaborado:

- Cinco (05) relatórios semestrais produzidos ao longo do Programa contendo descrição, avaliação, listas de presença e registro fotográfico das ações desenvolvidas;
- Um (01) Relatório Final Consolidado contendo a descrição e avaliação consolidada das ações desenvolvidas ao longo de todo Programa.

6.5.7.7 - Cronograma

Programa de Capacitação dos Agentes Públicos																																		
Atividades	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	
Planejamento Inicial	█																																	
Articulação e Mobilização Social	█	█	█																															
Produção de Materiais Didáticos	█	█	█																															
Realização de Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos						█	█																											
Realização de cursos de atualização em Elaboração de Projetos e Captação de Recursos																	█	█								█	█							
Realização do Curso de Licenciamento Ambiental			█	█	█																													
Realização de cursos de atualização em Licenciamento Ambiental														█	█															█	█			
Monitoramento			█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Avaliação							█						█						█						█					█			█	
Ordem de Serviço		█																																
Mobilização/ acessos (Condicionada ao início do período seco)		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Instalação do canteiro e acampamento		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Sequência de Desvio - 1ª Etapa - (Leito Natural)			█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Sequência de Desvio - 2ª Etapa - (Leito Natural)															█																			
Sequência de Desvio - 3ª Etapa - (Estrutura de Desvio)																							█	█	█									
Estrutura de Desvio - Escavação/ Limpeza e Tratamento de Fundação					█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Estrutura de Desvio - Concretagem								█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Estrutura de Desvio - Montagem Eletromecânica															█	█																		
Barragem - Aterro ME								█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Barragem - Aterro MD																	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Vertedouro - Concretagem - 1ª etapa										█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Vertedouro - Concretagem - 2ª etapa																	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
Vertedouro - Concretagem - 3ª etapa																																		
Reservatório - Limpeza e Obras		█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

6.5.7.8 - Responsáveis pela Elaboração do Programa

Nome	Formação	Identificação
Roberta Sampaio Guimarães	Mestre em Sociologia e Antropologia (com concentração em Antropologia)	10010791-1 (IFP/RJ) IBAMA: 511577
Joelma Cavalcante de Souza	Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais	CREA 1997103239 IBAMA:1683216

6.5.7.9 - Equipe de Implementação

Destaca-se para a realização de todas as ações propostas por este Programa a necessidade de se estabelecer convênios com organizações que desenvolvam cursos para formação de Gestores Públicos.

- Coordenador do Programa: cientista social ou especialista em planejamento urbano responsável por todas as atividades do Programa; pelos primeiros contatos para articulação com os órgãos públicos; pelo desenvolvimento de reuniões participativas; pela integração com outros planos e programas do Projeto Básico Ambiental inter-relacionados com a questão migratória; e pela elaboração de relatórios e monitoramento das atividades.
- Equipe de trabalho dos cursos de treinamento e atualização sobre elaboração e gestão de projetos com órgãos governamentais estaduais e federais e sobre o processo de licenciamento ambiental, o empreendimento e suas reais consequências para o modo de vida da população: cientista social e agentes públicos locais a serem capacitados e atualizados.

6.5.7.10 - Instituições Envolvidas

Prefeituras, sub-prefeituras, secretarias e órgãos públicos municipais dos municípios da All.

6.5.7.11 - Inter-relação com outros Planos e Programas

O Programa de Capacitação dos Agentes Públicos dos Municípios da All tem interfaces com os seguintes programas do Projeto Básico Ambiental (PBA):

- Programa de Gerenciamento Ambiental - PGA, responsável por articular em conjunto com os poderes públicos a atuação dos agentes públicos frente ao entendimento quanto aos impactos associados ao empreendimento, auxiliando assim na construção de estratégias para uma melhor gestão ambiental da UHE Jari.
- Programa de Controle e Monitoramento da População Migrante, responsável pelo controle do fluxo da população migrante e da criação dos postos de assistência social e triagem.
- Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos, responsável por fornecer os dados que subsidiarão os conteúdos de capacitação a serem desenvolvidos.
- Programa de Apoio aos Municípios, responsável pela revisão dos Planos Diretores e criação do Plano de Gestão Integrada.

6.5.7.12 - Requisitos Legais

Não há quaisquer impedimentos ou requisitos legais para a implantação do programa.

6.5.7.13 - Referências Bibliográficas

ECOLOGY BRASIL, Estudo de Impacto Ambiental da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari. Rio de Janeiro, Agosto de 2009.

Parecer Técnico 038/2009. IBAMA. Maio de 2009.

Parecer Técnico 075/2009. COHID/CGENE/DILIC/IBAMA. Agosto de 2009.